

Aspectos epistemológicos do Paradigma das Representações Sociais

Brigido Vizeu Camargo

Adriano Schlösser

Andreia Isabel Giacomozzi

Introdução

A proposta deste capítulo é apresentar reflexões sobre o paradigma das representações sociais e seus aspectos epistemológicos. Para tanto, focar-se-á no seu desenvolvimento conceitual entrelaçando alguns de seus caminhos epistemológicos. Adotar-se-á a noção de representação social como um paradigma no sentido proposto por Kuhn (1998) conforme já explicitado em artigos de Camargo (2007; 2016). Acredita-se que a palavra paradigma seja adequada pois refere-se a um conhecimento que origina o estudo de um campo na ciência e oferece métodos e valores de referência para a realização de pesquisas. Tal proposição das representações sociais como paradigma remonta à Moscovici (1982), ao enfatizar que o estudo das representações sociais (RS) não integra-se enquanto continuidade investigativa da cognição social, apresentando-se como um paradigma inédito no estudo do pensamento social (Vala, 1986).

A gênese conceitual do fenômeno intitulado representação social ou coletiva é proveniente da antropologia e sociologia, através de Lévy-Bruhl e Durkheim, servindo de elemento crucial para a construção de uma teoria voltada ao pensamento mítico, religião e da magia. Também influenciou a teoria da linguagem proposta por Saussure, além de estar presente na teoria das representações infantis de Piaget, e na do desenvolvimento cultural de Vygotsky (Moscovici, 2000). Contudo, a psicologia social carecia de teorizações sobre esse conceito e da compreensão do fenômeno expressos por ela. A partir dessa constatação, o psicólogo social Serge Moscovici propôs tal teoria, na sua tese de doutorado intitulada “*La psychanalyse: Son image et son public*” (Moscovici, 1961/1976). O interesse teórico de Moscovici (Farr, 2000a) situava-se nas representações leigas da ciência, isto é, no limite entre a ciência e o pensamento do senso comum.

Em sua tese orientada por Daniel Lagache (Almeida, Santos, & Trindade, 2011), Moscovici resgata o conceito de “representações coletivas”, desenvolvido ao final do século XIX pelo sociólogo francês Emile Durkheim, que buscava explicar inúmeros fenômenos

sociais mediante um conjunto sistemático de elementos, definindo o conceito como sendo diferentes formas de saberes e pensamentos coletivamente partilhados (como mitos, opiniões, religiões, crenças, etc.) (Nóbrega, 2003). As representações eram consideradas coletivas à medida que dirigiam os indivíduos a pensarem e agirem de forma homogênea; eram estáveis em sua transmissão e reprodução; e por perdurar por gerações, exerciam coerção, uma vez que não permitiam questionamento, impondo-se na vida de cada indivíduo (Moscovici, 2001).

O conceito de representações coletivas de Durkheim, em sua busca de compreender aspectos permanentes da humanidade, interpretava dicotomicamente o indivíduo e a sociedade, o coletivo e o individual, considerando demasiadamente estática a dimensão social e negligenciando a possibilidade de mudanças individuais, levando seu conceito ao esquecimento durante décadas (Moscovici, 2001). Diante das lacunas teóricas do conceito de Durkheim, Moscovici o retomou e o reformulou em sua tese, introduzindo o que se constituiria um novo objeto da psicologia social: o estudo das representações sociais (Jesuino, 2011; Nóbrega, 2003; Vala, 1986).

Moscovici (1961/1976) apresentou sua “teoria” em 1961, tendo por fenômeno a apropriação do conhecimento psicanalítico por diversos setores franceses que difundiam este conhecimento científico à população, transformando-o num saber popular e prático, de senso comum. Sua busca acadêmica não se configurava por modelos tradicionais de saberes da sociedade, mas “pela inovação de um social móvel do mundo moderno” (Nóbrega, 2003, p.55). É nesta lógica que o termo representação altera-se de “coletiva” para “social”, tendo em vista que os contextos de sociedade de Durkheim eram menos complexos, ao passo que as sociedades modernas caracterizam-se por seu pluralismo e velocidade com que ocorrem as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais (Farr, 2000a; Moscovici, 2001).

A proposta de construção teórica apresentada por Moscovici (1969) buscou analisar os processos pelos quais os indivíduos, em interação social, constroem teorias sobre objetos sociais. Nesta visão, as RS não são construídas unicamente por teorias científicas acerca dos objetos, mas também por fenômenos culturais, ideológicos, das vivências e experiências do cotidiano (Vala, 2006).

Desenvolvimento

A contextualização das diferenças entre as tradições de pesquisa europeia e norte-americana em Psicologia Social constitui-se como fundamental para a compreensão das raízes epistemológicas do Paradigma das Representações Sociais (Farr, 2000a). O PRS é, conforme

aponta Farr (2000a) uma forma sociológica de Psicologia Social, desenvolvida na Europa por Serge Moscovici, a partir de seu estudo *La psychanalyse: Son image et son public* (Moscovici, 1961/1976). Esta forma sociológica é demarcada por diferir-se das formas psicológicas de Psicologia Social, com predomínio norte-americano.

Gordon W. Allport, psicólogo social norte americano, elege Comte como fundador da Psicologia Social Moderna. Sua escolha não se faz por acaso, uma vez que Comte foi o fundador do positivismo, elevando assim a Psicologia Social ao *status* de ciência positiva (Farr, 2000b). Moscovici por sua vez, através de seus estudos que deram origem ao conceito de RS, elege Durkheim como ancestral desta linha de pesquisa, gerando assim uma tradição sociológica, entrando em embate com um modelo individualizante de Allport de Psicologia Social (Vala, 2006).

Ao considerar, décadas após a formulação de sua teoria, as RS como o “coração da Psicologia Social”, Moscovici (2000, p.8) reflete que “desde o início, tornou-se claro o sentimento expresso por Durkheim, Lévy-Bruhl e Mauss, entre outros, de que faltava uma teoria desse conceito e dos fenômenos que ele expressa” (p.9). Isso se deve, essencialmente ao fato de que a construção de sua teoria foi antecedida por um modelo cientificista que considerava o senso comum e demais formas de conhecimento não-científicos como inválidos, inconsistentes ou ingênuos (Moscovici, 1988). Tais distorções presentes nessa perspectiva reducionista conduzem Moscovici em seu novo campo de pesquisa, enfocando o pensamento do senso comum (Almeida *et al.*, 2011).

A tentativa de reconstrução do passado da Psicologia social por meio do PRS provém da confirmação de que foi através de vários sociólogos que foi possível o desenvolvimento de seu “PRS” enquanto uma teoria da sociedade. Moscovici aponta exemplos, como o caso do sociólogo Georg Simmel, que reconheceu a relação existente entre a separação do indivíduo - situando-se à distância dos outros – e a necessidade de representá-los para si mesmo, sendo que o modo como ocorre esta representação moldaria os círculos sociais e a ação recíproca (Moscovici, 2001).

Já Max Weber trabalha com o conceito de representação como uma espécie de vetor da ação das pessoas, articulando a ideia de um saber comum com capacidade de antecipar e programar a ação dos indivíduos (Moscovici, 2001). No entanto, reitera-se que o inventor do conceito a ser utilizado por Moscovici é Durkheim, uma vez que este estabelece suas definições e reconhece-o como um conceito capaz de explicar fenômenos diversificados da sociedade.

Também existe influência do sociólogo francês Lucien Lévy-Bruhl, que argumentava sobre a impossibilidade de explicar fatos sociais, crenças e ideias partindo do pensamento individual ou de uma psicologia individual, tendo em vista que o indivíduo sofre pressão das diversas representações presentes na sociedade, sendo neste meio que o mesmo pensa e expressa seus sentimentos. Para Lévy-Bruhl, cada tipo de mentalidade é diferente de acordo com os diferentes tipos de sociedade, com instituições e práticas específicas (Moscovici, 2001). Esta perspectiva apresenta-se inovadora para a época, pois abandona o antagonismo entre o coletivo e o individual, permitindo novas reflexões sobre as relações entre uma sociedade e suas representações.

Lévy-Bruhl classifica duas dimensões do pensamento: o primitivo e o civilizado. Enquanto o pensamento civilizado ancora-se na tradição científica, proveniente da reflexão e da busca lógica pelas informações acerca de fenômenos, o pensamento primitivo volta-se ao sobrenatural e às dimensões místicas. Este pensamento não é considerado incoerente, mas diferenciado do pensamento científico. Para Moscovici (2001; 1994), esta perspectiva resgata as estruturas intelectuais e afetivas das representações em geral. Segundo Camargo (2016), a proposição de Lévy-Bruhl foi importante para o desenvolvimento da TRS pois apresenta-se como uma forma de conhecimento que abrange o pensamento coletivo e oferece relações com o pensamento científico, mas volta-se ao senso comum e a compreensão das atividades da vida cotidiana.

Moscovici também utilizou os estudos de Gramsci para estabelecer os fundamentos epistemológicos utilizados para sustentar a noção de senso comum (Moscovici, 1988). Segundo Nóbrega (2003), os obstáculos seculares que afastavam o individual do social são demolidos com a introdução do PRS, sendo esta adequada na compreensão das problemáticas apresentadas ao pensamento do homem na modernidade, apoiando-se e transformando também conceitos do desenvolvimento cognitivo, como os de Piaget, por exemplo.

Os estudos de Piaget e Freud acerca de aspectos representacionais também levaram Moscovici à reflexão (Moscovici, 2001). Piaget buscou explorar o pensamento infantil que se apresenta de modo diferenciado do pensamento adulto sobre determinado objeto. A partir disso Moscovici (2001) reflete que “a dualidade que Lévy-Bruhl institui entre duas culturas – a primitiva e a civilizada – é restabelecida por Piaget no interior da nossa cultura, como efeito de uma espécie de história natural, que vai do mundo da criança ao do adulto” (pg.55).

Já Freud (1893/1969) apresentou em seus estudos sobre paralisia histérica que a paralisia provinha de dimensões anatômicas científicas, enquanto a histérica originava-se de uma anatomia construída no saber popular. Além disso, seus estudos sobre teorias sexuais da

criança apresentavam um caráter social, à medida que as representações da primeira infância tinham como origem a cultura, através de esquemas de pensamentos transmitidos pelos pais por meio de contos e lendas, de modo a responder às dúvidas infantis. Segundo Moscovici (2001) o trabalho de Freud demonstra um processo de interiorização, que transforma o resultado coletivo em dado individual, marcando assim o caráter do indivíduo. Logo, Freud teria apresentado o processo pelo qual as representações decorrem da experiência coletiva para a individual.

Assim, em sua tese de doutorado, Moscovici apresenta o conceito de representações sociais, enquanto “epistemologia popular” (Nóbrega, 2003; pg.58) do senso comum, legitimando o saber popular, definindo os parâmetros para sua análise científica e conferindo validade a esta forma de conhecimento em relação ao saber científico. De acordo com o autor (Moscovici, 2005), para se desenvolver uma ciência sobre os fenômenos mentais nas sociedades, faz-se preciso identificar os conhecimentos produzidos pelo comum, reconhecendo sua legitimidade sem denegri-lo enquanto popular. Para Pepitone (2008) ver o senso comum como uma forma específica de conhecimento, era algo não familiar para a Psicologia Social à época de Moscovici.

Dessa forma, Moscovici visualizou uma Psicologia Social cujo enfoque fosse os fenômenos psicológicos da perspectiva da vida social e cultural, e não uma psicologia cujo intuito fosse adicionar uma dimensão social aos fenômenos individuais. É neste aspecto que o PRS torna-se central para a Psicologia Social, pois a conduz a um olhar que apresenta a necessidade de manutenção das relações entre as ciências psicológicas e as ciências sociais (Moscovici, 2000). Nessa perspectiva, rompe-se com o individualismo que até então marcava os modelos teóricos em Psicologia Social.

Buscando sustentar as representações sociais enquanto epistemologia do senso comum, Vala (1986) apresenta apontamentos que demonstram que o PRS pode contribuir para reformulações de algumas teorias da psicologia social cognitiva. Em seu artigo, o referido autor traz estudos de algumas teorias clássicas, como atribuição causal e mudança de atitude, e estudos que as replicam ou reexplicam sob à luz das RS, demonstrando assim que, em diversas situações, fenômenos outrora considerados individuais apresentam melhores explicações quando aplicados ao efeito das representações, levando em conta de forma mais efetiva os contextos sociais e suas especificidades.

Para Moscovici, ainda que o funcionamento psicológico dos indivíduos seja pré-requisito para a origem e funcionamento dos grupos e sociedades, apenas o funcionamento psicológico individual não seria capaz de explicar os níveis das dimensões do social, cultural

e grupal (Wagner, 2000). O estudo das representações sociais permitiria, portanto, estudar questões relacionadas à cognição e grupos, o que estava sendo negligenciado até então, além de questões voltadas à difusão dos saberes, à gênese do senso comum e a relação entre pensamento e comunicação (Moscovici, 2001).

O modelo de psicologia social, até então fomentada no modelo positivista, baseava suas teorias em modelos explicativos de enfoque intra-individual, reduzindo assim o indivíduo à uma unidade de análise que não dava a devida importância às questões inter-individuais. A gênese conceitual do conceito de RS vai de encontro à esta perspectiva, enfatizando os processos cognitivos não como produtos de uma natureza intra-individual, mas produzidos pela cultura, pela interação em grupos sociais e nos processos de comunicação (Vala, 1986) . Logo, as análises voltam-se não ao indivíduo em si mesmo, mas nos seus processos cognitivos em contato direto com os contextos que o mesmo integra.

Com o desenvolvimento do PRS, o mesmo também rompe com outro paradigma até então hegemônicos na psicologia social cognitiva, que concebe o indivíduo como um processador de informações. Segundo Vala (1986), a concepção de que o comportamento humano é regulado por mecanismos que não são controlados pelos indivíduos é sustentado por dois dos principais paradigmas na ciência psicológica – o behaviorista – em que o comportamento humano é determinado pelo contexto - e o freudiano – com foco no inconsciente.

Posteriormente, a psicologia cognitiva apresenta um indivíduo com maior controle sobre si e seu contexto, mas coube ao PRS introduzir uma nova perspectiva, sendo o indivíduo tanto processador quanto produtor de informações, símbolos e convenções sociais (Vala, 1986). Tal perspectiva proporciona uma nova visão de homem, uma vez que mostra “como a sociedade contribui para criar e gerir as cognições sociais e como os comportamentos são regulados por mecanismos de natureza sócio-cognitiva e socio-emocional” (Vala, 1986, pg.12).

Ressalta-se que, para Moscovici (1982), a concepção de RS não possui compatibilidade com a concepção positivista de ciência até então hegemônica. Assim, o PRS apresenta-se como teoria inovadora para a Psicologia Social, pois rompe com o paradigma dicotômico do positivismo, que estava presente no conceito durkheimiano de representações coletivas, e com os modelos funcionalistas, que opunham sujeito e objeto, interno e externo (Nóbrega, 2003). Suas críticas ao determinismo materialista e ao behaviorismo por sua forma de conceber o pensamento natural e cotidiano, estabelecendo hierarquia entre conhecimento e crença, considerando a crença enquanto um conhecimento incorreto, bem como ao

cognitivismo, por suas posições de natureza associacionista (Camargo, 2016). Também refutou o dualismo cartesiano entre o mundo individual e o mundo social, referindo-se à Durkheim como pioneiro do movimento anticartesiano, uma vez que não separava a realidade da representação. Para Moscovici, “não existe sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito” (Moscovici, 2010, pg.12), sendo função das RS assegurar sua coexistência.

Por um lado, Moscovici ressalta a limitação da visão materialista, em que a sociedade está sempre e exclusivamente sobre influência de ideologias dominantes, produzidas e instituídas por classes sociais, organizações, Estado, Igreja, escola, etc. Dessa forma, a sociedade não cria nada de novo, mas reproduz e é reproduzida de acordo com as ideologias e interesses dominantes. Por outro lado, vê a mesma espécie de limitação no comportamentalismo, que descreveria o homem como mero receptor de informação, recebendo informações, pensamentos, processos, atribuições e julgamentos como função da força de condicionamento externo (Moscovici, 1981).

Em contraposição a isso Moscovici não vê a sociedade como um conjunto de pessoas meramente receptoras de informação e conhecimento, ao contrário, a sociedade pensa por si mesma, em constante produção de significados, com vista em sua historicidade e vivência social. O conhecimento resultante disso é materializado na forma de RS, com objetivo de encontrar soluções às demandas do cotidiano (Moscovici, 2001).

Para formalizar essa proposição Moscovici introduz o termo “sociedade pensante”, retratando um cenário onde pessoas constroem o conhecimento, apropriam-se dele, transformam e o partilham, assumindo um aspecto de “filosofias” informais que exercem impacto nas relações sociais de modo geral. O conhecimento desenvolvido pela ciência, pelas ideologias e que chega até os sujeitos é apenas o alimento para esse pensamento social (Moscovici, 1981; 2001).

O Paradigma das Representações Sociais também proporciona uma síntese teórica que dimensiona os fenômenos psicológicos a partir da perspectiva da vida social e cultural (Moscovici, 2000): as dimensões afetiva, cognitiva e social estão presentes em sua construção. Isso se torna central para uma proposta teórica renovadora da Psicologia Social, pois não rejeita a dimensão cognitiva - considerando que, para haver uma construção de saberes, é necessária a presença dos fenômenos cognitivos (memória, inteligência, etc.) - nem a dimensão afetiva - tendo em vista a presença dos afetos nos significados atribuídos aos fenômenos sociais. A dimensão social se apresenta nos meios de comunicação de massa, na comunicação cotidiana e demais espaços de conversação de onde emergem os saberes populares e o saber comum.

Neste quesito, também se constitui como avanço epistemológico de explicação da realidade cotidiana da vida moderna, focalizando as brechas presentes em teorias e conceitos desenvolvidos pela história do conhecimento, em campos como psicologia, sociologia, ciências sócio-políticas, dentre outras. Ainda sobre o caráter inovador das RS, Jodelet (2008) aponta três importantes aspectos: o primeiro é de que elas estão focadas no pensamento do senso comum, o segundo é o seu papel na constituição da realidade e o terceiro é a sua complexidade.

Ressalta-se que as RS se apresentam enquanto conhecimento que não se contrapõe ao saber científico, copiando-o, mas são uma forma de saber elaborada no domínio dos fenômenos comunicacionais, que repercutem sobre as interações e transformações sociais (Nóbrega, 2003). Nesta perspectiva, as RS dão sustentação epistemológica à racionalidade dos saberes populares e ao senso comum.

Mesmo com seu caráter inovador, o PRS não rompe com o passado da Psicologia Social, ou se desenvolve num “vazio cultural” (Farr, 2000a, pg.44). Isso pode ser observado desde a continuidade entre a proposta de Durkheim das representações coletivas e sua modernização, com o PRS, até na *Völkerpsychologie* de Wilhelm Wundt, cujo objeto de estudo situava-se nos campos da linguagem, costumes, mitos, mágica e fenômenos similares, com a atualização de Moscovici, substituindo a magia pela ciência.

Outra novidade se dá no fato de as RS inaugurarem uma crítica em relação ao paradigma cognitivista prevalente na psicologia social da época, onde a representação era mera mediadora na relação do sujeito com o objeto. Essa nova proposta coincide com os avanços verificados no cognitivismo ao longo dos anos, onde a representação passa a assumir tanto o papel de constituinte do estímulo quanto de modelador da resposta, passando a ser uma variável independente, que no que concerne ao seu estudo, implica, em um nível de análise, conceber o sujeito no contexto de suas pertencas sociais e seus processos comunicacionais, além de considerar a funcionalidade e eficácia prática presente na representação produzida pelo grupo (Vala, 2006).

Moscovici (2001) afirma que o estudo das representações não deve se limitar a uma passagem estéril do emocional para o intelectual, do significativo para o intelectual, pois todo tipo de cognição e comportamento têm sua relevância condicionada ao significado que implica, e este só se constitui quando duas ou mais pessoas compartilham uma linguagem comum. Tal perspectiva qualifica o aspecto social da representação e valoriza seu conteúdo como algo primário na determinação das relações sociais.

Isso se manifesta numa construção teórica, epistemológica e metodológica que aponta a realidade individual não puramente abstraída do social, ou uma reduzida à outra: não é o indivíduo ou o mundo social que possuem a centralidade nas análises psicossociais, mas sim a relação entre eles. Segundo Palmonari e Cerrato (2011), o conceito de RS critica as tradicionais dicotomias entre sujeito e objeto, individual e social, teoria e método, uma vez que são as características da sociedade que constituem a base dos fenômenos psicossociais e lhes dá sentido.

Ao buscar uma perspectiva que aponte a relação entre sujeito e objeto, o PRS analisa as cognições enquanto processo interacional, constituindo-se por diversas racionalidades e levando em conta as diferentes intencionalidades envolvidas (Oliveira & Amâncio, 2006). A partir do momento que o outro é assumido como tal (Brito, 2014), passa a ter um estatuto epistemológico de “outro sujeito”, com papel ativo na formação do conhecimento representacional, “implicando em uma epistemologia que enfoque a dimensão relacional, que invalida a distinção entre sujeito e objeto” (Brito, 2014, p. 69). O próprio Moscovici (2003) reitera que a construção do conhecimento voltado à Psicologia Social necessita fundamentalmente da existência do outro, situado no social, que condiciona a ação de conhecer o objeto em questão.

As RS, enquanto forma de conhecimento prático (Jodelet, 2001) inserida no universo das opiniões e conceitos dados aos fenômenos do cotidiano (Moscovici, 2012) também rompe com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, ao apresentar alterações no posicionamento dos pressupostos cientificistas de objetividade, apreensão da realidade, neutralidade do conhecimento e da busca da verdade, desconstruindo-as. Ela assim o faz a partir de um movimento que amplia o conhecimento para além das fronteiras da ciência, abarcando também o saber do homem comum, situando-o enquanto produtor de significados capaz de criar a realidade social.

Os aspectos conceituais e epistemológicos presentes no paradigma das RS manifestam-se na inter-relação entre os sistemas de pensamentos e das práticas sociais. Isso permite abarcar tanto a complexidade dos fenômenos do senso comum e sua função, assim como as implicações destas representações nos comportamentos e demais práticas sociais (Alexandre, 2000).

Outro aspecto valorizado por Moscovici quando elabora o PRS foi a ética (Marková, 2017). Ele considerou valores éticos que norteiam crenças na justiça, a busca de progresso e o desejo pela imortalidade. Moscovici considerava a ética dinâmica e permeada por ideias sobre as forças geradoras de invenções e inovações humanas. Por este motivo Marková

(2016) considera que fazer escolhas éticas é característica fundamental do senso comum e também da PRS.

Por fim, mais uma das inovações deste paradigma que merece ser destacada é que Moscovici não pretendeu demarcar uma teoria forte e fechada, ao contrário, ele parece ter sugerido que ela fosse uma perspectiva de leitura dinâmica dos fenômenos e objetos variados do mundo social (De Rosa, 1994). Essa dinamicidade pode ser observada a partir das inúmeras abordagens que foram criadas para o estudo das RS em várias partes do mundo, o que nas palavras de Jodelet (1998) pode ser interpretado como um domínio em expansão.

Considerações finais

Pretendeu-se aqui refletir acerca do surgimento do paradigma das representações sociais, suas origens e influências, bem como abordar as inovações por ele trazidas para o interior da disciplina da psicologia social, que foi profundamente transformada a partir de seu surgimento. A presente discussão não esgota as reflexões sobre os avanços trazidos pelo paradigma das RS, uma vez que ela é uma teoria viva e dinâmica e certamente ainda há muito para ser construído.

Questões para reflexão

1. A partir da leitura do material, por que considera-se que o paradigma das representações sociais revolucionou o conhecimento em Psicologia Social?
2. Por que o conceito de representações sociais é considerado uma “epistemologia do senso comum” ?
3. Quais as inovações teóricas propostas pelo paradigma das representações sociais?

Sobre os autores:

Brigido Vizeu Camargo: Doutor em Psicologia Social (École des Hautes Études en Sciences Sociales). Pós Doutorado em Psicologia Social (École des Hautes Études en Sciences Sociales). Professor titular do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Vinculado ao PPGP- USFC. Membro fundador do Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS/UFSC). Email: brigido.camargo@yahoo.com.br

Adriano Schlösser: Doutor em Psicologia (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil). Pós Doutorado em Ciências do Movimento Humano (Universidade Estadual de Santa Catarina). Professor do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Videira, Brasil. Pesquisador associado ao Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS/UFSC). Email: adriano.psicologia@yahoo.com.br

Andréia Isabel Giacomozzi: Doutora em Psicologia (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil). Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Vinculada ao PPGP-UFSC. Pesquisadora associada ao Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS/UFSC). Email: agiacomozzi@hotmail.com

Referências

- Alexandre, M. (2000). O saber popular e sua influência na construção das representações sociais. *Comum*, 5(15), 161-171.
- Almeida, A. M. de O., Santos, M. de F. de S., & Trindade, Z. A. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8(3), 257-267.
- Almeida, A. M. de O., Santos, M. de F. de S., & Trindade, Z. A. (2011). *Teoria das Representações Sociais 50 anos*. Brasília: Technopolitik.
- Brito, A. M. M. (2014). *O cuidado do idoso: representações e práticas sociais*. Doutorado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Camargo, B. V. (2007). O que o caminho interdisciplinar brasileiro da teoria das representações sociais não favorece? In A. S. P. Moreira & B. V. Camargo (Orgs.). *Contribuições para a teoria e o método de estudo das representações sociais* (pp. 93-112). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.
- Camargo, B. V. (2016). Um primeiro estudo histórico e conceitual do seminário “Epistemologia e representações sociais”, conduzido por Serge Moscovici e Denise Jodelet em 1994. *Psicologia e Saber Social*, 5(1), 5-17.

- De Rosa, A. M. (1994). Symposium on Social Representations. *Social science information sur les science sociales*, 33(2), 273-304.
- Farr, R. M. (2000a). Representações sociais: a teoria e sua história. In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch, *Textos em representações sociais* (6ª Ed.). Porto Alegre: Ed. Vozes
- Farr, R. M. (2000b). *Raízes da Psicologia Social Moderna* (2ª ed.). Porto Alegre: Ed. Vozes.
- Freud, S. (1893/1969). *Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp.17-29). Rio de Janeiro: Eduerj.
- Jodelet, D. (2008). Social Representations: A beautiful invention. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38(4), 412-430.
- Kuhn, T. S. (1998). A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva (Obra original publicada em 1962).
- Marková, I. (2016) *The dialogical mind: common sense and ethics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marková (2017). A fabricação da teoria das representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*. V 47, 358-375.
- Moscovici, S. (1961/1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris:PUF.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas, *Social Cognition*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (1982). The coming era of representations. In J. P. Codol & J. Ph. Leyens (Eds.), *Cognitive analysis of social behavior* (pp. 236-265),Hage: Martinus Nijhoff Pub.

- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (2000). Prefácio. In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch, *Textos em representações sociais* (6ª edição). Porto Alegre: Ed. Vozes.
- Moscovici, S. (2001). Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp.45-66). Rio de Janeiro: Eduerj.
- Moscovici, S. (2012). *A representação social da psicanálise*. Porto Alegre: Ed. Vozes.
- Nóbrega, S, M. da (2003). Sobre a teoria das representações sociais. In A. S. Moreira, A. S. P., & J. C. Jesuíno, *Representações Sociais: teoria e prática* (2ª edição, pp.51-80). João Pessoa: Ed. Universitária/UFPR.
- Oliveira, J. M., & Amâncio, L. (2006). Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*, 14(3), 597-615.
- Palmonari, A., & Cerrato, J. (2011). Representações sociais e psicologia social. In A. Almeida, F. Santos e Z. A Trindade (Orgs.), *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 305-332). Brasília: Technopolitik.
- Pepitone, A. (2008). Social Psychology and Real Life Social Behavior. *Rassegna di Psychologia*, 2,21–30.
- Vala, J. (1986). Sobre as representações sociais – para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, 5-30.
- Vala, J. (2006). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro. *Psicologia Social* (6ª edição) (pp.457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Wagner, W. (2000). Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais.
In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch, *Textos em representações sociais* (6ª edição). Porto Alegre: Ed. Vozes.